

CPI para tucano ver

MERENDÃO Dominada por deputados da base de Alckmin, a comissão que investiga o desvio de verbas da merenda não avança

POR DÉBORA MELO

"**V**im aqui conversar com os senhores. Não preciso de advogado, vim conversar com os meus colegas." A frase dita pelo presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Fernando Capez (PSDB), no início de seu depoimento à CPI da Merenda, resume o que têm sido as reuniões da comissão instalada para investigar o pagamento de propina em contratos superfaturados de merenda com o governo Geraldo Alckmin (PSDB) e prefeituras paulistas.

Capez teve seu nome citado na Operação Alba Branca, deflagrada em janeiro para investigar a fraude. Ele nega envolvimento no esquema. Seu depoimento no dia 14 de setembro, o mais aguardado da CPI, frustrou expectativas. De um lado, deputados da base aliada tucana rasgaram elogios a ele; de outro, petistas criticaram o fato de documentos da investigação, incluindo as delações premiadas, ainda não estarem em poder da CPI. "Fica difícil indagar sem ter informações",

lamentou o deputado Alencar Santana (PT), único oposicionista titular no colegiado (os outros oito são governistas, incluindo o presidente, o vice e o relator). "Vossa excelência veio corroborar tudo aquilo que temos ouvido nesta CPI. Eu o parabeno pela sua sensatez, pelas suas palavras. Foram sinceras", disse Adilson Rossi (PSB), vice-presidente da comissão, a Capez. A ação entre amigos está instaurada.



Lados opostos. Alencar Santana, do PT, o único oposicionista da CPI; abaixo, Barros Munhoz, o defensor de Alckmin

A investigação aponta que a Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf), de Bebedouro (SP), firmou contratos (com sobrepreço) no valor de 11,4 milhões de reais com a Secretaria da Educação para fornecer suco de laranja à merenda. Dirigentes da Coaf apontam Capez como um dos beneficiários da propina. O lobista Marcel Ferreira Júlio, elo principal entre a cooperativa e os agentes públicos, acusou o tucano de ter recebido dinheiro da Coaf para sua campanha em 2014, por meio de assessores. "Fui usado e, de vítima, fui tratado como suspeito", disse Capez à CPI.



Na véspera, em um depoimento marcado por contradições, o ex-assessor de Capez Jéter Rodrigues não convenceu a oposição de que o tucano não sabia que ele havia assinado um contrato de 200 mil reais com a Coaf para prestação de "serviços burocráticos". Perguntado diversas vezes, Rodrigues insistia que Capez não sabia de nada. Os governistas exploraram a fala à exaustão.

Na CPI também está em curso uma estratégia para tirar o primeiro escalão de Alckmin do foco da investigação. Além de Capez, as denúncias atingem o Palácio dos Bandeirantes. Ali, o lobista Ferreira Júlio mantinha contato com Luiz Roberto dos Santos, o Moita, ex-chefe de gabinete de Edson Aparecido, secretário da Casa Civil quando o escândalo estourou.

Quem melhor desempenha o papel de defensor de Alckmin é o ex-presidente da Assembleia Barros Munhoz (PSDB).

MARCO AMBROSIO/FILIPPO/REUTERS, DANILLO VERPA/FOLHAPRESS E RENATO S. CERQUEIRA/FUTURA PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO



Propina. Lobista afirma que Fernando Capez recebeu dinheiro da cooperativa agrícola para sua campanha eleitoral em 2014. Ele nega

Dentro da Assembleia, a Polícia Militar reage com truculência ao protesto dos estudantes

Uma das estratégias do tucano é insistir para que as prefeituras envolvidas com a Coaf sejam investigadas. “Falam que é a merenda do Alckmin. É a merenda de Bebedouro!”, berrou em reunião no dia 24 de agosto. A atuação teatral de Munhoz inclui gritos, pedidos de prisão e bate-boca com estudantes, que não perdem uma sessão.

Em 13 de setembro, a CPI recebeu o promotor Leonardo Romanelli, do Ministério Público Estadual. Sem citar

nomes, ele confirmou a participação de agentes públicos na máfia. Munhoz, que em outro momento classificaria os promotores como “abutres que querem viver da desgraça dos políticos”, questionou os métodos de Romanelli. Outros governistas perguntaram se o promotor buscava holofotes.

A oposição ao governo do PSDB critica a tentativa de desqualificar os depoentes e também o desprezo dos governistas paulistas pelas delações premiadas, tão elogiadas na Lava Jato – esta sim, tão afeita aos holofotes. As denúncias de corrupção na Petrobras são citadas com frequência na CPI da Merenda, mas em outro tom. “Para abafar um caso, inventaram outro. Querem abafar o petrolão!”, vociferou Munhoz naquele dia, apoiado pela claque que aplaudia suas intervenções.

“É raro termos uma CPI. Fico imaginando como seria uma CPI do trem,

do Metrô, mas aqui em São Paulo não se apura nada”, disse o deputado Enio Tatto (PT). “Essa CPI só foi aberta porque teve ocupação (*dos estudantes*) na Casa e o presidente (*Capez*) foi citado.”

A pressão dos secundaristas é temida pelo governo Alckmin. A reunião do dia 13 foi encerrada com um pedido da oposição para que a sessão com Capez fosse realizada em um plenário maior. Marcos Zerbini (PSDB), presidente da CPI, indeferiu. Antecipando o que estaria por vir, os estudantes acamparam em frente à Assembleia na madrugada do dia 14. Quando chegaram ao plenário logo após a abertura da Casa, as 17 cadeiras do mezanino que usam a cada sessão seriam todas ocupadas por apoiadores do governo.

“Se eu não entro, ninguém entra!”, gritavam os estudantes. A Polícia Militar reprimiu o protesto com *spray* de pimenta. Por volta das 10 horas, a sessão foi iniciada. Do lado de fora do plenário, o protesto continuava. Do lado de dentro, Barros Munhoz fazia suas perguntas ao depoente da vez como se nada estivesse acontecendo. A oposição reagiu, mas os secundaristas foram retirados da porta do auditório, à força, pela PM.

Naquela sessão marcada pelo tumulto, a sinceridade de Barros Munhoz surpreendeu os colegas. “Minha posição é defender o governo do estado. Eu não escondo de ninguém. Ninguém me pediu, é por convicção”, disse o tucano. Em outro momento, quando Capez admitiu não ter sido convocado a depor pela Procuradoria-Geral de Justiça, a oposição criticou a morosidade da investigação. O petista Alencar Santana perguntou a Munhoz se ele não achava que mais pessoas teriam de ser ouvidas. “Sim, acho”, respondeu o tucano. “Só isso que o senhor acha?”, devolveu Alencar. “Já sou corajoso demais de achar isso”, apressou-se Munhoz. Todos riram. ●

